

2.º — 1. O Gabinete de Planeamento e Administração da Força Aérea, na dependência directa do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, é um órgão consultivo, com a finalidade de proceder a estudos prospectivos de carácter geral e quaisquer estudos de outra natureza de que o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea haja por conveniente incumbi-lo.

2. São funções específicas do Gabinete de Planeamento e Administração da Força Aérea:

a) Elaborar estudos:

- 1) De interpretação da missão atribuída à Força Aérea no contexto definido pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, de acordo com a política de defesa nacional;
- 2) De avaliação dos factores externos susceptíveis de afectar a médio e longo prazos o quadro em que se insere a missão da Força Aérea;
- 3) De dedução dos objectivos globais a médio e longo prazos;
- 4) De previsão e avaliação dos recursos disponíveis a médio e longo prazos, com a finalidade de orientar a evolução desejável da configuração da Força Aérea;
- 5) Conducentes ao estabelecimento de planos de forças, para o que orientará estudos de previsão de custos e apropriação dos recursos necessários;

b) Preparar, em colaboração com as entidades pertinentes, os programas concorrentes para a obtenção dos recursos financeiros, humanos e materiais e para a sua coordenação com vista ao aprontamento das forças, sua organização e dispositivo;

c) Elaborar directrizes para o desenvolvimento dos programas e recolher elementos para apreciar a sua execução.

3. O Gabinete de Planeamento e Administração da Força Aérea compreende um director, quatro repartições — a 1.ª, de planeamento, a 2.ª, de programação, a 3.ª, de gestão e *contrôle*, e a 4.ª, de estudos especiais — e uma secretaria, com as funções normais das secretarias das divisões do Estado-Maior.

Estado-Maior da Força Aérea, 29 de Janeiro de 1975. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Narciso Mendes Dias*, general.

Portaria n.º 261/75
de 16 de Abril

Convindo alterar a dependência das unidades de base estabelecida pela Portaria n.º 20 362, de 6 de Fevereiro de 1964, tendo em vista possibilitar uma melhor coordenação no aproveitamento dos meios aéreos;

Considerando que a direcção e inspecção da instrução sob o aspecto técnico pode exercer-se através de centros de instrução;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 1.º da Lei Constitucional n.º 4/74, de 1 de Julho:

Manda o Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o seguinte:

1.º — 1. As Bases Aéreas n.ºs 1, 2, 3 e 7, mantendo as mesmas localizações, são colocadas na dependência do Comando da 1.ª Região Aérea.

2. O Centro de Recrutamento n.º 1, localizado em Lisboa, é colocado na dependência da Direcção do Serviço de Pessoal.

2.º São criados os Centros de Instrução n.ºs 6, 7, 8 e 9, com a localização e finalidade que para cada um se indica:

Centro de Instrução n.º 6 — a funcionar na Base Aérea n.º 1, para instrução básica de pilotagem;

Centro de Instrução n.º 7 — a funcionar na Base Aérea n.º 2, para instrução elementar de pilotagem e para integração das escolas de formação e preparação militar e técnica;

Centro de Instrução n.º 8 — a funcionar na Base Aérea n.º 3, para instrução complementar de pilotagem e navegação de aviões plurimotores e instrução de pilotagem de helicópteros e para integração das escolas de formação militar básica e complementar;

Centro de Instrução n.º 9 — a funcionar na Base Aérea n.º 7, para instrução básica de pilotagem.

3.º É alterada de acordo com as presentes disposições, nas partes respectivas, a Portaria n.º 20 362, de 6 de Fevereiro de 1964.

Estado-Maior da Força Aérea, 4 de Fevereiro de 1975. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Narciso Mendes Dias*, general.

**MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO
INTERTERRITORIAL**

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 262/75
de 16 de Abril

Tendo em consideração o artigo 1.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio;

Nos termos do § 2.º do artigo 136.º da Constituição Política:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, tornar extensivo aos territórios ultramarinos o Decreto n.º 141-A/75, de 19 de Março, que altera para 25 de Abril de 1975 a data da eleição dos Deputados à Assembleia Constituinte em Portugal.

Ministério da Coordenação Interterritorial, 2 de Abril de 1975. — O Ministro da Coordenação Interterritorial, *António de Almeida Santos*.

Para ser publicada nos *Boletins Oficiais* de todos os territórios ultramarinos. — *A. Almeida Santos*.